

AS PRÁTICAS EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO SISTEMA SÓCIOEDUCATIVO DE MATO GROSSO

Edinei Stetiski¹

Elizabeth Hertel Lenhardt-Botelho²

RESUMO:

A avaliação psicológica é um dos importantes recursos utilizados por psicólogos que visam auxílio nos atendimentos e tomadas de decisões em distintas áreas (CFP, 2003). Para tanto o objetivo deste estudo foi investigar os principais métodos de avaliação utilizados pelos psicólogos do sistema socioeducativo no Estado de Mato Grosso. Inicialmente, realizou-se a aplicação de questionários possibilitando que cada participante respondesse as informações provenientes de suas práticas. Os resultados indicaram a importância da avaliação psicológica ser um processo que envolve mais de um procedimento. E, que dentre os principais meios de obtenção de dados, encontram-se predominantemente as entrevistas, observações, dinâmicas, jogos, anamnese, testes psicológicos e a visita domiciliar.

Palavras Chaves: Avaliação Psicológica; Técnicas; Socioeducativo; Adolescente; Psicologia.

SUMMARY:

Psychological evaluation is one of the important resources used by psychologists who seek help in assisting and making decisions in different areas (CFP, 2003). Therefore, the objective of this study was to investigate the main evaluation methods used by psychologists of the socio-educational system in the State of Mato Grosso. Initially, questionnaires were applied, allowing each participant to respond to information from their practices. The results indicated that most of the time professionals use more than one procedure to perform the evaluation. And, that among the main means of obtaining data, are predominantly the interviews, observations, dynamics, games, anamnesis, psychological tests and the home visit.

Keywords: Psychological Evaluation; Techniques; Socio-educational; Adolescent; Psychology.

¹ Acadêmico da Faculdade de Psicologia no Centro Universitário de Várzea-Grande UNIVAG. Participou da concepção, coleta, análise e interpretação dos dados, redação e aprovação do artigo final.

² Mestre em Saúde Coletiva, Instituto de Saúde Coletiva/ UFMT, Professora da faculdade de Psicologia no Centro Universitário de Várzea-Grande UNIVAG. Participou da concepção, coleta, análise e interpretação dos dados, redação e aprovação do artigo final.

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Socioeducativo no Brasil tem como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que foi consolidado no ano de 1990, onde a definição de criança e adolescente passou a ser de sujeito de direito, mudando as ações desenvolvidas com os adolescentes em conflito com a lei e trazendo uma nova perspectiva de trabalho dentro das instituições (BRASIL, 2001).

Francischini e Campos (2005) afirmam que somente indivíduos entre 12 e 18 anos são classificados como autores de atos infracionais, que mesmo transgredindo as normas estabelecidas de caráter jurídico, não podem ser responsabilizados enquanto autores de crimes. Todavia, a anulação da culpa, não ausenta o adolescente de ser responsabilizado por conflitos realizados contra a lei.

Em fevereiro de 2004 a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), sistematizaram e organizaram a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE e foi recentemente aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

De acordo com o CONANDA (BRASIL, 2006) SINASE é um sistema nacional que compreende os conjuntos de critérios e normas, de caráter político, jurídico, que fundamentam as tomadas de decisões desde o ato infracional cometido pelo adolescente até a aplicação da medida socioeducativa. Tendo o SINASE como um norteador no que diz respeito ao modelo socioeducativo ideal, várias implementações vêm sendo realizadas no decorrer dos anos, porém, esses processos de melhorias ocorrem lentamente. Além da estrutura que ainda não atende completamente o modelo estipulado pelo SINASE, é possível constatar que em grande parte das Unidades de Atendimento no Estado de Mato Grosso possuem um déficit de profissionais que trabalham na área em relação ao número de adolescentes em privação de liberdade. (BRASIL, 2006)

Ainda de acordo com o CONANDA (BRASIL, 2006) as atividades dentro do sistema socioeducativo são realizadas por equipes multidisciplinares, que buscam trabalhar a reeducação e avaliação dos adolescentes que cometeram atos infracionais.

Dentre os componentes que participam desta equipe, destacam-se 01 diretor; 01 coordenador técnico; 02 assistentes sociais; 02 psicólogos; 01 pedagogo; 01 advogado (defesa técnica) entre outros que desenvolvem atividades na área da saúde, educação, cultura, lazer e manutenção do ambiente reeducador. Contudo, o número de profissionais citados, refere-se ao público composto de até 40 adolescentes, que cumprem as medidas educativas no âmbito socializador.

Sobre o trabalho do psicólogo, o Código de Ética descreve como princípio fundamental para a sua atuação o apoio aos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (CFP, 2005). Acrescenta ainda a promoção à saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuição para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CFP, 2005). Partindo deste princípio, dentro do Sistema Socioeducativo, deve-se levar em consideração o compromisso e a responsabilidade de sua profissão, principalmente por se tratar de uma temática social que envolve vários aspectos políticos.

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2010) estipula alguns pressupostos para orientar a atuação do psicólogo no contexto Socioeducativo. O psicólogo deve olhar não só para o ato infracional cometido, mas também para o contexto da história e as circunstâncias de vida do indivíduo, buscando identificar “os indicadores de sofrimento do adolescente, os motivos das manifestações de violência entre os adolescentes e a resposta dos adolescentes às arbitrariedades presentes nas relações sociais da instituição (CREPOP/CFP, 2010)”.

Como parte da atuação dos psicólogos no Sistema Socioeducativo está a utilização do PIA - Plano Individual de Atendimento, que está anexada na Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 do SINASE, que se refere a “um instrumento pedagógico fundamental para garantir a equidade no processo de cumprimento da medida socioeducativa” (SINASE, 2012). Ou seja, através desta ferramenta será possível verificar os avanços do adolescente dentro da unidade e principalmente avaliar a concretização das metas e compromissos firmados para o cumprimento das ações socioeducativas.

Segundo o CFP (2010), o (PIA) deverá contemplar informações de vários aspectos: avaliação inicial nas áreas: jurídica, psicológica, social, pedagógica e saúde; acesso a programas de escolarização, cultura, esporte, lazer; garantia de condições adequadas na unidade como: habitação, alimentação e vestuário; acompanhamento com

a equipe multidisciplinar e fornecer atendimento á família. Para tanto, o SINASE (2006, p.51) diz que a utilização do PIA estabelece três fases de atendimento no sistema socioeducativo: a) fase inicial do atendimento: fase voltada para o acolhimento, de reconhecimento e do processo de convivência individual e grupal; b) fase intermediária: fase de compartilhamento em que o adolescente apresenta seus avanços em cumprimento das metas; c) fase conclusiva: Período em que o adolescente reconhece e conscientiza-se sobre o cumprimento das metas postuladas dentro do sistema socioeducativo.

O SINASE ainda ressalta a importância de oferecer um espaço físico reservado para os adolescentes que se sentem ameaçados fisicamente e/ou psicologicamente, independente da fase em que se encontram, denominado como convivência protetora. Com base no Plano individual de atendimento (PIA) o profissional de psicologia deverá assumir a responsabilidade social e o compromisso de fornecer uma intervenção eficaz e transformadora com o adolescente que cumpre a medida socioeducativa e principalmente fornecer auxílio quando há ameaça dos direitos humanos.

Neste sentido, o CFP (2010) Afirma que a atuação do psicólogo deverá respeitar as normativas dos sistemas como: ECA, SINASE e o Código de Ética do Psicólogo e, que independente da sua base teórica e do uso de técnicas específicas não deverá limitar-se na elaboração de relatórios e pareceres. De acordo com ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) - Lei nº 8.069 art. 151 de 13 de Julho de 1990, compete á equipe interprofissional fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência sob imediata subordinação á autoridade judiciária.

Desta maneira, a socialização dos saberes com a equipe, o acompanhamento com a família e a contextualização contribuirá para a realização da avaliação psicológica com o adolescente que cumpre medidas socioeducativas e, por fim, facilitará na elaboração dos documentos técnicos fornecidos para o Poder Judiciário.

Nessa perspectiva, a avaliação psicológica fundamenta-se como um processo técnico- científico que visa compreender as características psicológicas de pessoas e/ou grupos. É a área que compreende o processo de investigação e interpretação de dados obtidos acerca do público alvo. “Ela é dinâmica e constitui se em fonte de informações de caráter explicativo sobre os fenômenos psicológicos, com a finalidade de subsidiar os trabalhos nos diferentes campos de atuação do psicólogo, dentre eles, saúde, educação, trabalho e âmbito jurídico” (CFP, 2013, p.13).

De acordo com a resolução do CFP N° 007/2003, o resultado obtido com a avaliação psicológica deverá analisar os constructos históricos e sociais com o propósito de não somente atuar sob o indivíduo, mas também agir como modificadores em seus condicionantes, compreendendo que os resultados produzem grandes impactos no indivíduo, grupos e sociedade.

Segundo Primi (2010) a avaliação psicológica além de ser uma área que se utiliza de instrumentos específicos, também é uma área responsável por operar as teorias psicológicas concomitantemente com os eventos observáveis. No entanto, para obter um resultado conclusivo é necessário utilizar de recursos que facilitem a obtenção das informações e que possibilite realizar com fidedignidade o processo de avaliação, sendo este imprescindível à utilização de técnicas variadas, dentre elas, entrevista, observação, jogos, dinâmicas, técnicas lúdicas e o uso de testes psicológicos.

Entretanto sabemos que de acordo com a Lei n° 4.119, de 1962, art. 13, é função única e exclusiva do psicólogo a utilização de métodos e técnicas oriundas das ciências psicológicas com a finalidade de produzir: diagnóstico psicológico; orientação e seleção profissional; orientação psicopedagógica; detecção e problemas de ajustamento entre outros documentos. (CFP, 1962)

Entre as técnicas variadas que podem ser utilizadas, destacam-se os testes psicológicos que de acordo com a resolução do CFP (2003) são instrumentos de avaliação ou mensuração de características psicológicas, constituindo-se um método ou uma técnica de uso privativo do psicólogo, em decorrência do que dispõe o § 1° do art. 13 da lei n° 4.119/62. Desta maneira o uso de testes psicológicos atrelados a outras técnicas podem ser definidos como um processo que busca medir através de instrumentos dados do comportamento. E, sendo necessário que haja uma padronização na aplicação dos testes escolhidos por parte do profissional, respeitando suas indicações para tornar seu resultado o mais fidedigno possível. “O estabelecimento de um padrão para o teste e sua normalização visam sua uniformização e universalização (ou seja, permitir sua aplicação em qualquer lugar desde que sua padronização seja seguida)” (MALKI, 2008 p. 42).

Cabe ressaltar que a avaliação psicológica abrange a integração de inúmeros recursos para formulação de ideias acerca do funcionamento psíquico de cada sujeito avaliado e, que, dentre esse processo de avaliação o psicólogo poderá utilizar-se dos testes, que são instrumentos que auxiliam na obtenção dos dados, portanto, possuem a função de contribuir enquanto técnica da avaliação, ou seja, cabe ao psicólogo decidir se

é necessário o seu uso ou não no contexto avaliativo. Caso opte como necessário no processo, devem-se levar em consideração na aplicação dos testes as seguintes variáveis que influenciam nos resultados: os materiais necessários, o espaço, o tempo, a iluminação, o bem estar físico e emocional do sujeito (PASQUALI, 2010).

A partir do exposto, este estudo visa descrever os métodos e as técnicas utilizadas para realização da Avaliação Psicológica nas unidades de atendimento do Sistema Socioeducativo de Mato Grosso.

2. MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de um estudo quantitativo descritivo, onde foi realizada a coleta de dados através de um questionário de múltipla escolha elaborado pelos pesquisadores, o qual após preparação passou por uma etapa piloto onde foram aplicados em 12 professores universitários com a finalidade de calibrar o instrumento. Depois de feitos os ajustes do questionário o projeto foi submetido ao comitê de ética em pesquisa da Plataforma Brasil. Cumprindo-se os cuidados éticos da pesquisa voluntária, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Para coleta de informações, foram buscados todas as Unidades de Atendimento do Sistema Socioeducativo de Mato Grosso, e para que houvesse abrangência de todas estas unidades foi realizado contato via telefone, e-mail e em sequência o encaminhamento dos questionários via sedex para o endereço das respectivas Unidades. Os questionários foram autoaplicados individualmente e possuíam as seguintes informações: 1- Dados socio-demográfico; 2- Atuação no Sistema Socioeducativo; e 3- Técnicas utilizadas no processo de Avaliação Psicológica, sendo este último, o objeto de estudo desta pesquisa. Foram enviados para 11 psicólogos que atuam no Sistema Socioeducativo de Mato Grosso, do total 8 responderam e 04 não participaram do estudo. Após coleta de dados, os mesmos foram digitados e analisados no programa estatístico SPSS versão 2.2 para análise descritiva dos dados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da prática dos profissionais, muitos são os métodos disponíveis para a intervenção que visa facilitar a compreensão fidedigna dos resultados. Logo, este estudo

tem a pretensão de demonstrar como os profissionais de psicologia do Sistema Socioeducativo realizam suas práticas no processo de avaliação.

Tabela 1 – Distribuição de frequência das técnicas utilizadas no processo de Avaliação Psicológica nos atendimentos aos adolescentes do Sistema Socioeducativo de MT.

Técnicas/instrumentos	n	%
Entrevista	8	100
Dinâmicas	2	25,0
Jogos	1	12,5
Anamnese	7	87,5
Testes Projetivos	3	37,5
Testes Psicométricos	2	25,0
Observação	7	87,5
Visita Domiciliar	1	12,5

Fonte: Elaborado pelos autores

Com a análise dos dados verificou-se que todos os participantes responderam que utilizam mais de uma técnica para realização da Avaliação Psicológica e, com as amostras disponíveis, é evidente que a entrevista torna-se o principal meio de investigação da qual os profissionais fazem o uso:

Todos os psicólogos (100%) afirmaram que realizam entrevistas, uma ferramenta indispensável para o conhecimento do indivíduo avaliado. De acordo com Tavares (2003) a entrevista clínica é compreendida como um meio de investigação, na qual o entrevistador se apropria dos saberes psicológicos para avaliar os aspectos pessoais e relacionais do indivíduo entrevistado. Compreende-se, então, que a utilização da entrevista enquanto técnica psicológica visa contextualizar o discurso do sujeito com seus comportamentos apresentados no ato da entrevista.

Conforme Bleger (1998) a entrevista é um instrumento fundamental para a investigação científica em psicologia, uma técnica que possibilita o conhecimento humano através da interação entre ciência e necessidades práticas. Assim, a finalidade do seu uso é coletar os dados acerca do comportamento do indivíduo embasando-se com os saberes científicos.

Observa-se com as amostras da pesquisa, que 50% dos psicólogos que trabalham nas unidades de medidas socioeducativas realizam a primeira entrevista juntamente com os assistentes sociais e, que os demais 50% realizam a entrevista individualmente com o

adolescente. Junto com as entrevistas 07 (87,5%) fazem anamnese, que de acordo com Bleger (1998) é um processamento de dados preestabelecidos que permite obter informações da situação presente e da história do indivíduo. Logo, através do seu discurso é possível obter uma reprodução histórica das situações experimentadas pelo sujeito ao longo da vida.

Todavia, conforme Bleger (1998) a anamnese distingue-se da entrevista, uma vez que, a anamnese restringe-se ao levantamento de dados, tornando o paciente moderador no processo da coleta das informações. Já a entrevista, visa o estabelecimento de uma relação que não consiste apenas em coletar dados históricos do indivíduo, mas sim, analisar e observar as relações entre os eventos experimentados pelo entrevistado. Ou seja, supõe-se na anamnese que o indivíduo conheça sua vida e esteja capacitado para fornecer informações sobre ela, contudo, na entrevista, o indivíduo busca conhecer os aspectos mais amplos da sua subjetividade. Embora, apesar da distinção, torna-se necessário que a anamnese seja realizada dentro do processo de entrevista.

Em complementação as duas técnicas citadas, 07 (87,5%) dos participantes respondentes afirmaram valer-se da observação do comportamento como processo de avaliação. O processo de observação faz-se necessário, uma vez que, proporciona uma descrição acerca das características do indivíduo, assim como dos comportamentos verbais e não verbais. Deste modo, conforme Almeida (2004) a observação é fundamental para alcançar informações das funções psíquicas do indivíduo e, que sem essa estratégia é impossível o contato com o mundo mental do analisado.

Logo, de acordo com Danna e Matos (1986) a observação está envolvida em todas as atividades do psicólogo, durante uma entrevista, ao aplicar testes, em uma dramatização, durante um treinamento, o psicólogo está continuamente realizando uma observação. Todavia, de acordo com a base teórica de cada profissional a ênfase na observação se distingue.

Os psicólogos comportamentais, por exemplo, são sempre rigorosos com o método de observação, visto que, consideram um instrumento fundamental para coletar elementos acerca dos comportamentos e das situações ambientais do indivíduo. Ainda, de acordo com as autoras, para os psicólogos comportamentais a observação sistemática fornece um maior enriquecimento de dados que os testes psicológicos. Compreende-se então, que a observação é um recurso inerente á prática do psicólogo, sendo possível através desta estratégia utilizar-se de técnicas padronizadas ou não padronizadas para

organizar os dados obtidos, possibilitando a elaboração diagnóstica da situação-problema.

Em relação às técnicas padronizadas, 03 (37,5%) dos participantes relataram que aplicam testes projetivos e 02 (25%) testes psicométricos. Conforme Mielnik (1977) a utilização de testes projetivos estabelece contato com a personalidade humana, com a finalidade de compreender a dinâmica interna do sujeito, através da projeção de suas tendências conscientes e inconscientes, expressões e sentimentos e etc.

Já, os testes psicométricos, de acordo com Papalia e Feldman (2013) visam mensurar e medir quantitativamente os aspectos da inteligência do indivíduo. Ou seja, através dos testes psicométricos é possível mensurar os processos mentais, verificando as aptidões que o indivíduo apresenta.

Dentre os testes citados para uso apenas dois apareceram, o HTP – House Tree Person e o teste Palográfico, o primeiro um teste projetivo para avaliar aspectos da personalidade do indivíduo a partir da solicitação de 3 desenhos, uma casa, uma árvore e uma pessoa. O segundo um teste expressivo também utilizado para avaliar aspectos de personalidade, porém é um instrumento voltado mais para a área do trabalho, segundo manual do próprio teste (ALVES e ESTEVES, 2004).

Outros recursos considerados não padronizados, mas que auxiliam o psicólogo em atendimentos e principalmente nas observações são as dinâmicas de grupos, que neste estudo 02 (25%) dos respondentes disseram recorrer. Segundo Andrade (1999) a dinâmica de grupo é uma técnica que permite o indivíduo vivenciar situações simuladas, proporcionando sensações da vida real. Ou seja, através da relação transferencial com o grupo o indivíduo aprende outras possibilidades diante da situação conflituosa que experimenta. As dinâmicas são instrumentos que proporcionam material rico para trabalho em grupos e em se tratando do Sistema Sócioeducativo, pode funcionar como atividade que possibilita a vivência grupal e o amadurecimento das relações dentro da instituição.

Quanto aos jogos, apenas 01 (12,5%) participante relatou que utiliza na avaliação. O jogo enquanto instrumento psicológico permite acesso à constituição psíquica do avaliado, ao decorrer do jogo o sujeito incorpora elementos inconscientes ao objeto escolhido, o que possibilita por meio do brincar uma ressignificação de suas ideias.

Deste modo, conforme Monteiro (1994) através do jogo o indivíduo liberta suas criações internas, permitindo um intercâmbio entre fantasia e realidade, o que possibilita

o sujeito descobrir novas maneiras de agir em determinadas situações. Neste sentido, compreende-se que é através da brincadeira que o sujeito externaliza sua comunicação subjetiva.

Os jogos e as dinâmicas servem como atividades recreativas onde se podem coletar informações acerca do grupo participante e fortalecer o vínculo entre o profissional e o adolescente, bem como ter uma maior aceitação em participar do processo de avaliação psicológica. Ao mesmo tempo em que avalia, também pode provocar mudanças importantes para os indivíduos envolvidos.

Já com relação à visita domiciliar, 01 (12,5%) profissional citou que utiliza essa técnica para auxiliá-lo. Um instrumento que visa complementar uma análise real das situações que envolvem o indivíduo, compreendendo seu papel dentro do contexto que está inserido.

De acordo com Amaro (2007) a visita domiciliar é uma prática profissional investigativa e/ou de atendimentos junto ao indivíduo em seu meio social ou familiar. Consiste em desenvolver as técnicas de observação, a entrevista e a história ou relato oral. Enquanto método de intervenção, a visita domiciliar se organiza através de relatos do indivíduo ou grupo visitado. Portanto, através deste instrumento é possível analisar as dimensões psicológicas do indivíduo, compreendendo suas relações intra e extrafamiliar.

Ainda segundo a autora, no momento da visita, o profissional precisa ter empatia, ter respeito mútuo, livre de julgamento acerca do que lhe é apresentado, sendo esses, requisitos indispensáveis para o processo. Compreendendo a avaliação psicológica como um processo que deve contextualizar o indivíduo e não somente avaliar sua situação de vida atual, as visitas domiciliares tornam-se importantes e deveriam ser mais difundidas entre os psicólogos que atuam nestas unidades.

Este estudo também levantou alguns aspectos que tornam o processo de avaliação psicológica difícil dentro do Sistema Sócioeducativo. Ao serem questionados sobre as maiores dificuldades encontradas nas unidades de atendimento, 07 (87,5%) dos participantes, responderam que os maiores problemas estão ligados a falta de estrutura física para atendimento individual, aplicação de técnicas padronizadas entre outros. Nesse contexto, Tejedas (2007) diz que, existe uma deficiência grave para a construção de práticas de atendimento nas unidades de medidas socioeducativas, como: aspectos físicos dos prédios, atendimento técnico que contemple as necessidades dos adolescentes, no atendimento educacional e formação profissional, nas relações

solidárias e construtivas estabelecidas no ambiente socializador. Ainda de acordo com a autora, essas deficiências, produzem um contexto em que a privação da liberdade passa a ser um fim de si mesma.

Diante desta deficiência, supõe-se que os quesitos mencionados pela autora, interferem de maneira direta e indiretamente na realização das atividades de ressocialização propostas pela normatização do SINASE. Neste sentido, essa problemática encontrada no exercício dos profissionais ligados aos adolescentes que cumprem as medidas de cunho privativo, podem gerar equívocos na eficácia dos atendimentos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do exposto compreende-se que a utilização dos meios de avaliação varia de acordo com a escolha de cada profissional, porém, avalia-se que independente dos recursos utilizados o psicólogo necessita exercer um papel de mediador na socialização do adolescente. As técnicas que compõem a avaliação psicológica proporcionam ao examinador conhecer o funcionamento de cada indivíduo avaliado, considerando seus aspectos cognitivos, emocionais e comportamentais.

Para a realização da avaliação dentro das unidades de atendimento demanda do psicólogo o conhecimento teórico-científico sobre as várias técnicas disponíveis para subsidiar suas práticas e, que sua atuação não deverá restringir-se apenas na elaboração de documentos técnicos, mas sim, realizar uma intervenção transformadora com o adolescente, a fim de possibilitar o avanço e cumprimentos das medidas socioeducativas.

Durante o processo de socialização faz-se necessário o psicólogo conhecer o contexto sócio-histórico de cada adolescente, bem como, os aspectos familiares, sociais e culturais que o envolve. Além disso, cabe ao psicólogo ser intermediador dos direitos humanos no complexo socioeducativo, com o propósito de suprimir quaisquer danos que possam comprometer o bem estar físico e psíquico do adolescente. Por fim, através desta pesquisa, compreendemos a importância do psicólogo no ambiente de medidas socioeducativas, através das técnicas mencionadas pelos entrevistados, conhecemos as inúmeras possibilidades para realizar uma avaliação com instrumentos científicos confiáveis sejam padronizados ou não padronizados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nemésio Vieira de. **A entrevista psicológica como um processo dinâmico e criativo**. Psic, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 34-39, jun. 2004. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167673142004000100005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 25 set. 2016.

ALVES, I.C.B.A e ESTEVES, C. O . Teste palográfico na avaliação da personalidade. São Paulo: Vetor, ALVES, I.C.B.A e ESTEVES, C. O, Teste palográfico na avaliação da personalidade. São Paulo: Vetor, 2004.

AMARO, Sarita. Visita Domiciliar: Guia para uma abordagem complexa/ Sarita Amaro – Porto Alegre: 1º ed. AGE. 2003. 2º ed. 2007.

ANDRADE, Suely Gregori. Teoria e prática de dinâmica de grupo: jogos e exercícios. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1999.

BLEGER, J. **Temas de psicologia: entrevistas e grupos**. São Paulo: Tradução Martins Fontes (1998).

BRASIL. Ministério da Justiça. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Cidadania e Trabalho, 2001.

CAMPOS, H. R. FRANCISCHINI, R. Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im) possibilidades. In: PSICO, v. 36, n. 3, Porto Alegre: Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.

CFP- Conselho Federal de Psicologia. Resolução 002/2003. Brasília (2003). Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf >Acesso em: 10/09/2016.

CFP- Conselho Federal de Psicologia. **Cartilha Avaliação Psicológica**. Brasília (2013).

CFP - Conselho Federal de Psicologia. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>.

CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2010). **Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas**

socioeducativas em unidades de internação / Conselho Federal de Psicologia. — Brasília: CFP, 2010.

DANNA, M. F. & MATOS, M. A. (1986) **Ensinando a Observação: uma introdução**. São Paulo: Edicon.

MALKI, Y. Descortinando o teste psicológico e sua relação com a educação: reflexão a partir da teoria crítica. / Yara Malki. – São Paulo: Annablume, 2008.

MIELNIK, I. Nosso mundo mental: guia prático de orientação psicológica./ Isaac Mielnik. - São Paulo: Ibrasa, 1977.

MONTEIRO, R. F. **Jogos dramáticos**/ Regina Fournaut Monteiro. – São Paulo: Ágora, 1994.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. *Desenvolvimento Humano*. 12º. ed. Porto Alegre RS: Artmed, 2013.

PASQUALI, L. Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas/ Luiz Pasquali e colaboradores, Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

PRIMI, R. (2010). **Avaliação Psicológica no Brasil: Fundamentos, Situação Atual e Direções para o Futuro**. Universidade São Francisco, Campinas-SP.

SEDH (Secretaria Especial dos Direitos Humanos) e CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) (2006). **Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo – SINASE**. Brasília.

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. **Rio de Janeiro**. Secretaria de Estado de Educação. Departamento Geral em Ações Socioeducativas. Plano de Atendimento Individual (2012).

Tavares, M. (2003). A entrevista clínica. Em: J. A. Cunha (Org.), *Psicodiagnóstico V* (5a ed.; pp. 45-56). Porto Alegre: ArtMed.

TEJADAS, Silvia da Silva. Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência/Silvia da Silva Tejedadas – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

